

# **O BRASIL CONTRA A DEMOCRACIA**

**A DITADURA,  
O GOLPE NO CHILE  
E A GUERRA FRIA  
NA AMÉRICA DO SUL**

**COLEÇÃO  
ARQUIVOS  
DA REPRESSÃO  
NO BRASIL**

**ROBERTO SIMON**

COORDENADORA DA COLEÇÃO  
**HELOISA M. STARLING**

---

COMPANHIA DAS LETRAS

18. O desconvidado de Geisel
19. O novo mercado da indústria bélica brasileira
20. Propaganda chilena no Brasil
21. A Dina no Brasil
22. Operação Colombo
23. Condor, à distância
24. Problemas de imagem
25. “Viva a democracia!”

*Caderno de imagens*

*Sobre este livro*

*Notas*

*Créditos das imagens*

*Sobre o autor*

*Créditos*

para  
Sharon, Sofia e quem está a caminho

*Há um grande número de leis e hábitos políticos do antigo regime que desapareceram, subitamente, em 1789, e voltaram alguns anos depois, como certos rios que se escondem dentro da terra para ressurgir um pouco mais longe, mostrando as mesmas águas a novas margens.*

Alexis de Tocqueville,  
*O antigo regime e a revolução*

# INTRODUÇÃO

## O MODELO BRASILEIRO

SEIS MESES APÓS SALVADOR ALLENDE APOIAR O QUEIXO na ponta do cano da AK-47 que Fidel Castro lhe presenteara e apertar o gatilho, um Boeing 727 da Lan-Chile fez um pouso macio na Base Aérea de Brasília. Trazia a bordo o general Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, chefe da junta militar que havia assumido o poder absoluto no Chile. No sopé da escada acoplada ao avião, aguardavam-no o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mario Gibson Barboza, uma bandinha militar para fazer as honras de chefe de Estado e uma claque de funcionários da embaixada chilena. Um vento intermitente mexia as bandeirinhas rubro-brancas e verde-amarelas de boas-vindas.

O pretexto da viagem oficial — a primeira de Pinochet como líder supremo chileno, desde o golpe de 11 de setembro de 1973 — era a cerimônia de posse do novo general-presidente brasileiro, Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974. Entretanto, razões de outra ordem também haviam contribuído na escolha do destino. Ao neófito ditador do Cone Sul, não havia lugar melhor do que o Brasil para fazer sua *première* no palco da política internacional.

De quepe e farda prussiana gris com penduricalhos dourados, Pinochet desceu os degraus mancando levemente em razão de

uma dor no calcanhar direito, até encontrar a mão estendida de Gibson Barboza. Seguiam-no sua esposa, Lucía, o ministro das Relações Exteriores do Chile, vice-almirante Ismael Huerta, e uma fileira de funcionários do novo regime. O general chileno era a primeira autoridade estrangeira a desembarcar para a investidura em Brasília; também estavam a caminho o coronel boliviano Hugo Banzer e o estancieiro uruguaio Juan María Bordaberry — ambos alçados ao poder ditatorial nos anos anteriores com firme apoio do Brasil —, além da primeira-dama americana, Patricia “Pat” Nixon. Pinochet encontraria a capital ainda a se alindar para a festa.

A troca da guarda em Brasília tinha um significado especial. A “Revolução Redentora” que derrubara João Goulart completava seu primeiro decênio com um Brasil que embalava um crescimento de 14% ao ano e rasgava a floresta Amazônica de leste a oeste com uma rodovia transcontinental, símbolo da modernização conservadora. Até fisicamente o regime dos generais havia expandido o país: a fronteira do mar territorial brasileiro havia sido arrastada duzentas milhas náuticas Atlântico adentro, em meio a aplausos da imprensa e da classe política, incluindo a oposição legal, e o opróbrio de potências estrangeiras. Havia decerto um outro Brasil, onde a imprensa silenciava, amordaçada, e a repressão terminava de dizimar e expelir para o exílio a esquerda, embora fossem o tronco nu e a cara pintada de Ney Matogrosso cantando “Sangue latino” à frente dos Secos & Molhados que escandalizassem a família brasileira.

E, pela primeira vez, a transmissão do comando da ditadura ocorria livre de solavancos. Em 1967, o marechal Humberto de

Alencar Castelo Branco deixara a presidência emparedado pela linha dura dos militares. Em 1969, quando o general Artur da Costa e Silva sofreu um derrame, a linha sucessória se rompeu e, num remendo do poder arbitrário, o general Emílio Garrastazu Médici foi colocado no topo. Mas Geisel, o quarto presidente do regime, fora escolhido unilateralmente por Médici e coroado por um “colégio eleitoral especial” de militares. A caserna via-o como “altamente qualificado para administrar a nova fase da revolução”, reportava a CIA ao presidente Nixon.<sup>1</sup> Ele receberia a faixa presidencial das mãos de seu antecessor, com a casa aberta aos amigos da ditadura. A presença de Pat Nixon, Banzer, Bordaberry e Pinochet era um atestado de normalidade.

Aquele Pinochet que pousava no Brasil era ainda largamente desconhecido do mundo, incluindo os vizinhos brasileiros. Tinha 58 anos, 1,78 metro com moderado sobrepeso, olhos azul-esverdeados e um bigode fino acinzentado, coifado milimetricamente, que lhe dividia ao meio a cara oval. Quando falava, era possível entrever uma fileira de coroas douradas na arcada dentária inferior. Sua voz aguda saindo de um corpo comprimido, quadrático, causava estranheza em quem o ouvia pela primeira vez.<sup>2</sup> Fora sempre um católico devoto, primogênito entre seis irmãos e o queridinho da mãe.<sup>3</sup> Na juventude, a Academia Militar Chilena o rejeitara duas vezes sob o argumento de “falta de aptidão física”, franzino e baixo que era. Mas o general quase sexagenário, pai de cinco e avô de seis, sempre iniciava seu dia às seis da manhã com uma sessão de ginástica na qual combinava alongamentos e flexões, ritual que manteria no Brasil. Sua rotina era obsessivamente controlada.

Não era abstinência, mas jamais se embriagava; gostava de bebericar lentamente pisco sour ou uma dose moderada de uísque quando terminava o dia. Dormia cedo, lendo livros de história militar, e divertia-se com lutas de boxe e esgrima, e com a prática do hipismo — havia anos que um de seus companheiros de cavalgadas matinais era o embaixador brasileiro em Santiago, Antonio Cândido da Câmara Canto.

À vida privada distante de extremos, Pinochet somava, até as vésperas do golpe, uma reputação de incontestado legalista. Por décadas tivera uma carreira militar inconspícua, e sua subida aos escalões mais altos das Forças Armadas havia sido puxada pelo general Carlos Prats, o militar que encarnava a luta contra a politização da caserna nos anos do governo Allende. “O general Pinochet foi sempre conhecido por suas atitudes moderadas”, avaliou o Centro de Informações do Exterior (CIEX), o braço clandestino de inteligência dentro do Itamaraty, uma semana após os militares tomarem o poder em Santiago.<sup>4</sup> Mas sua moderação seria reservada a poucos. Naquele setembro de 1973, o Chile estava sendo apresentado ao universo de execuções sumárias, torturas, aprisionamentos em massa, exílio e expurgos do funcionalismo público, já familiar em outros cantos do Cone Sul.

Um regime de generais e almirantes no Chile era ainda uma aberração histórica. Comparado a todos os seus vizinhos, o país praticamente não havia conhecido uma ditadura militar: ao longo de 150 anos de República, soldados haviam governado diretamente o país em três breves interregnos.<sup>5</sup> Até a década de 1970, o primado do poder civil sobre o estamento militar parecia

tão maciço e perene quanto a cordilheira no horizonte de Santiago.

Na posse de Ernesto Geisel, seria a primeira vez que Pinochet, literalmente, vestiria a faixa presidencial, embora o cerimonial do Itamaraty tivesse o cuidado de chamá-lo de “líder da junta militar” — cujo comando, ao menos segundo as regras anunciadas após o golpe de setembro, rodiziaria entre seus quatro integrantes: do Exército, da Marinha, da Força Aérea e dos Carabineiros.<sup>6</sup> Levaria mais três meses para que Pinochet recebesse o título de “chefe supremo da nação” e outros seis para ser nomeado “presidente”. Contudo, aquele personagem até pouco tempo irrelevante na política chilena já admitia ter outros planos. “A rotatividade do poder não se fará agora nem nunca”, avisou em uma das poucas entrevistas que deu à imprensa brasileira, menos de um mês antes de viajar ao Brasil.<sup>7</sup> Acomodado na cadeira principal, o general manobrava para emparedar possíveis adversários e alcançar o poder ilimitado, com o apoio da máquina de repressão que diligentemente construía.

Com Pinochet, viajou a Brasília e ao Rio uma seleta mostra de funcionários da nova ditadura sul-americana. Um deles, o assessor da chancelaria Tomás Amenábar, levava uma encomenda especial na mala de mão: a última versão da lista de exilados brasileiros que estavam no Chile no momento do golpe. O catálogo humano reunia centenas de nomes, endereços, países de fuga e o que mais pudesse interessar aos anfitriões em festa. As informações eram baseadas em fontes diversas. Parte vinha dos arquivos da polícia chilena que não haviam queimado, no dia 11 de setembro, em meio ao bombardeio ao palácio

presidencial de La Moneda, onde ficavam guardados. A lista de destinos dos inimigos do Estado brasileiro saía da relação de salvo-condutos emitidos pela junta chilena nos meses anteriores. Outros dados haviam sido levantados com a ajuda de cinco oficiais de inteligência do Brasil, enviados um mês após a queda de Allende para trabalhar com interrogadores dentro do Estádio Nacional de Santiago — a arena desportiva convertida em campo de concentração. O chefe da área externa do Serviço Nacional de Informações (SNI), coronel Sebastião Ramos de Castro, organizara e comandara a missão que viajou a Santiago num bimotor Avro, da Força Aérea Brasileira (FAB), um mês e três dias após o golpe.<sup>8</sup>

Outro na fila atrás de Pinochet era seu ajudante de ordens, coronel Enrique Morel Donoso. Como Amenábar, seu nome não constava da lista da delegação oficial chilena à posse de Geisel. Militares brasileiros foram orientados a buscá-lo quando precisassem de alguém para falar em nome do líder supremo chileno sobre os assuntos mais delicados. Morel era também um dos principais canais de comunicação entre Pinochet e o embaixador brasileiro em Santiago, Câmara Canto. Tinha uma curiosidade especial acerca das lições do golpe de 1964 e do regime militar vizinho — por exemplo, inquiria Câmara Canto sobre como os generais brasileiros haviam conseguido isolar vozes dentro da Igreja católica que denunciavam violações dos direitos humanos.<sup>9</sup> À época, o cardeal de Santiago, Raúl Silva Henríquez, começava a fazer barulho à frente de um grupo ecumênico, ao lado de lideranças católicas, protestantes e judaicas. Com Pinochet no Brasil, o Comitê Pró-Paz do cardeal

anunciou que o Chile mantinha cerca de 10 mil presos políticos.<sup>10</sup>

Outras autoridades chilenas viajaram ao Brasil sem usar o Boeing da Lan-Chile. Enquanto membros do entourage presidencial mastigavam os canapés da recepção oferecida no Palácio do Itamaraty, uma missão sigilosa, sob o comando do general Héctor Bravo Muñoz, ex-adido militar do Chile no Rio, percorria fábricas do complexo militar-industrial brasileiro em quatro cidades, com uma longa lista de compras. Logo após o golpe chileno, na condição de comandante da IV Divisão do Exército, o general Bravo presidira o tribunal militar na região de Valdivia. Com base em acusações falsas, a corte distribuiu sentenças de execução sumária contra dezenas de civis — incluindo doze pessoas assassinadas pela chamada “Caravana da Morte”, o grupo de extermínio que sobrevoou o Chile num helicóptero Puma despejando corpos pelo caminho.<sup>11</sup> Nos anos seguintes, Pinochet o nomearia ministro e, em 1976, embaixador no Brasil.

Antes de o golpe contra Allende completar um mês, o Conselho de Segurança Nacional do Brasil já avaliava um pedido de exportação de cerca de 450 veículos militares à junta chilena.<sup>12</sup> As compras do general Bravo Muñoz somariam inicialmente 40 milhões de dólares (algo como 200 milhões de dólares em valores atuais, corrigidos pela inflação). Ao final, os contratos firmados nos meses após a morte de Allende fariam o Brasil, subitamente, saltar para a posição de segundo maior fornecedor de armas ao Chile, atrás apenas dos Estados Unidos, onde o Congresso começava a limitar vendas em razão das denúncias de violações dos direitos humanos.<sup>13</sup> Para a ditadura

brasileira, a mudança de regime em Santiago era também um grande negócio.

Sobre o tapete vermelho na base de Brasília, Pinochet cumprimentou mais algumas autoridades — ele tinha um aperto de mão exageradamente forte —, beijou o rosto da embaixatriz chilena no Brasil e passou em revista as tropas alinhadas diante do avião. Depois, ouviu ereto os hinos dos dois países, seguidos de 21 salvas de canhão. Por fim, sumiu em uma limusine Willys preta, entre sirenes, carros de escolta e seis batedores da Polícia do Exército. Todo o eixo rodoviário de Brasília, no sentido aeroporto-cidade, havia sido interditado para que o comboio do visitante chileno deslizesse em paz.

A ditadura quis cercar Pinochet com um copioso aparato de segurança, principalmente depois que o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo obtivera informações sobre um suposto plano para assassiná-lo a tiros no Brasil. Um delegado do birô estadual de repressão disse ter escutado, em uma boate paulista, “uma senhora de sotaque espanhol” falar sobre um atentado contra o general durante a viagem. Fantasiosa ou verdadeira, a pista exigia medidas extras. O caso subiu aos cumes dos serviços de inteligência brasileiros e foi repassado aos chilenos, que formularam uma pequena lista de guerrilheiras foragidas que poderiam ser a misteriosa hispanófono.<sup>14</sup> O elevador panorâmico que era o orgulho do hotel Eron, onde Pinochet se hospedaria na capital, foi coberto com cortinas opacas, à prova de franco-atiradores.<sup>15</sup> Em sua agenda no Rio, em vez da ida ao Maracanã para ver o duelo entre o Flamengo de Zico e o Vasco do jovem Roberto Dinamite, entrou um passeio pela baía da Guanabara em uma lancha da

Marinha, escoltada por duas embarcações militares. Em terra firme, um enxame de guarda-costas, com submetralhadoras à vista, o envolveria.

Jornalistas acompanharam de longe sua chegada a Brasília, confinados atrás de um cordão de isolamento. Em vez de uma chance de fazer perguntas, receberam dos chilenos uma unilateral “carta ao povo brasileiro”. Escrito no característico patoá das ditaduras sul-americanas da época, o texto dizia que Brasil e Chile eram irmãos nascidos de uma mesma “obra civilizadora, cristã e ocidental” das nações ibéricas nas Américas, a qual se encontrava, novamente, nos regimes militares anticomunistas do presente.

As Forças Armadas [...] assumiram em ambos os países a tarefa de abrir um novo regime político, estável, duradouro e projetado para o futuro. [...] Constatamos, com satisfação, como nosso esforço recebe a compreensão de povos irmãos e amigos, entre os quais tenho o dever de destacar, especialmente, o Brasil.<sup>16</sup>

A carta, porém, escondia o ponto central da história. O Brasil que Pinochet visitava não apenas “compreendera” os motivos da mudança de regime em seu país, mas havia se envolvido ativamente para derrubar Allende e facilitar a ascensão de um governo à semelhança da ditadura brasileira. Em meio à sangrenta transmutação chilena, o Brasil fora aliado de primeira hora na deposição da democracia e modelo na construção do novo regime.

As páginas que seguem contam essa história, ainda pouco conhecida. Tarjas de censura e vozes abafadas, segredos de

Estado e de testemunhas a encobriam. Para reconstruí-la, foi preciso percorrer ao longo de vários anos arquivos no Brasil, no Chile e nos Estados Unidos, e entrevistar dezenas de seus protagonistas — guerrilheiros, soldados, agentes de inteligência, diplomatas, políticos, empresários, jornalistas, acadêmicos — espalhados por diversos países, embora ligados a um mesmo marco histórico ocorrido mais de quatro décadas atrás. Da investigação, emerge uma nova história sobre a ação do Brasil na América do Sul dos anos 1970.

A ditadura brasileira ajudou a golpear a mais longeva democracia de seu entorno geográfico e, no lugar, instalar um regime cujas sanguinolência e crueldade praticamente não tinham precedentes na América do Sul moderna. Essa intervenção — em outras palavras, o conjunto de ações de agentes do Estado brasileiro com o objetivo de enfraquecer e subverter o poder constituído no Chile — não foi fruto de ações episódicas e autônomas de alguns zelotes dentro da ditadura, mas uma política de Estado, a qual percorria uma cadeia de comando desde a alta burocracia em Brasília até as raízes do sistema. Ocupava tanto gabinetes de ministros quanto salas de tortura.

O hábitat natural da intervenção brasileira no Chile era o subterrâneo. Nele, o Brasil se enredaria a grupos chilenos de extrema direita, incluindo o neofascista Patria y Libertad; se prepararia para uma guerra civil no Chile; coordenaria ações com militares que aprontavam o golpe; lideraria uma campanha regional para isolar Allende; infiltraria a comunidade de exilados brasileiros; daria garantias a conspiradores contra ambições territoriais do regime peruano. Deposto o governo

socialista chileno, a ditadura brasileira ajudaria na consolidação de um regime militar em Santiago — fosse vendendo armamento, treinando agentes da repressão chilena ou protegendo o vizinho sul-americano em foros internacionais.

Apenas em momentos excepcionais a luta subiu à superfície. Por exemplo, o Brasil quis ser o primeiro a reconhecer a junta militar chilena. “Ainda estávamos disparando quando chegou o embaixador brasileiro e comunicou-nos o reconhecimento”, lembrou Pinochet, numa entrevista antes de embarcar rumo a Brasília.<sup>17</sup> A ideia era fazer ecoar no mundo uma mensagem inequívoca de apoio, reforçada com mais de cinquenta toneladas de mantimentos que o presidente Médici despachou às pressas para Santiago, em quatro aviões militares. Um mês e quatro dias após o golpe, agentes da inteligência brasileira já atuavam dentro do Estádio Nacional. Com o intercâmbio entre os porões e a venda de armas à junta chilena, o Brasil passou a ser um dos pontos de apoio na montagem da máquina de repressão de Pinochet. Novamente em público, a ditadura cuidou da defesa de sua irmã menor em foros internacionais, como a ONU, e ofereceu um pacote de empréstimos a juros mansos, que totalizavam 220 milhões de dólares (ou 1,2 bilhão em valores atuais), além de crédito para comprar armas no Brasil.<sup>18</sup> O regime militar jogou todo seu peso para viabilizar e legitimar o consulado de Pinochet.

Mas *por que* a ditadura brasileira se envolveu na tormenta chilena? Quatro décadas depois, com as tintas da história mais secas, é possível responder melhor a essa pergunta.

O apoio brasileiro à deposição de Allende e à construção da ditadura chilena teve duas motivações, simultâneas e

complementares. A primeira, de ordem geopolítica. Surpreendido pelo triunfo do socialismo no Chile nas eleições de setembro de 1970, o governo Médici passou a ver o país vizinho como uma ameaça direta à segurança nacional. Nos dias que separaram a vitória nas urnas da posse de Allende, telegramas da embaixada brasileira em Santiago já concluía que os velhos partidos da direita chilena, embora abertamente simpáticos ao regime vizinho instaurado em 1964, eram incapazes de reverter a guinada à esquerda em seu país. A solução não estava no secular jogo partidário chileno, mas nas Forças Armadas, acreditavam o Itamaraty e os militares. Naqueles meses, Médici passara a se referir ao presidente de saída, o democrata-cristão Eduardo Frei, como o “Kerenski chileno” — em alusão ao primeiro-ministro russo que, ao ajudar a implodir o império czarista, abrira caminho ao bolchevique. Estava em curso uma mudança no equilíbrio de poder no Cone Sul, sob o jogo da Guerra Fria, e o Brasil se alarmava.

No léxico do regime militar, o país que sempre fora um aliado brasileiro se metamorfoseara na “cabeça de ponte do comunismo internacional” na América do Sul, voltado contra o território nacional e para onde supostamente acorreriam guerrilhas mil. A ditadura acreditava que, depois de Cuba, havia surgido um novo polo da subversão armada nas Américas. Segundo a Casa Militar do Planalto, o Chile — agora a “segunda república socialista” da América Latina, dizia — serviria de “base continental” e Cuba, de “base insular” para a “irradiação da subversão, terrorismo e influência russa no hemisfério”.<sup>19</sup> Com um agravante: o território chileno não estava à deriva no

Caribe, mas esticado na costa oeste do Cone Sul, muito perto do Brasil.

O espectro do Chile como um grande campo de treinamento guerrilheiro rondaria o aparato de segurança brasileiro até o golpe de 1973. Tratava-se de uma miragem. Ciente de sua fragilidade interna e regional, Allende limitou a “solidariedade aos companheiros” estrangeiros que pegavam em armas à concessão de asilo político e tentou repetidamente impedir que isso complicasse as relações com Brasil, Argentina e outros países da região. O endereço das aulas de guerrilha a brasileiros continuaria a ser Cuba (e, em alguns casos, China ou Coreia do Norte). Allende planejava uma revolução radicalmente pacífica — “a empanadas e vinho tinto”, segundo o slogan do presidente — que terminaria nas fronteiras chilenas.

Desde a vitória nas urnas, o líder socialista usou emissários de sua confiança, seus contatos com Câmara Canto e, publicamente, entrevistas à imprensa para transmitir a mensagem de que desejava ignorar diferenças ideológicas e se centrar em interesses comuns. Sua escolha para a embaixada em Brasília encarnaria essa posição de cautela: o ex-senador Raúl Rettig, professor de direito admirado por conservadores, integrante da única legenda não marxista dentro da Unidade Popular (UP) (duas décadas depois, ele chefiaria a primeira comissão da verdade do Chile, a qual produziu o pioneiro Relatório Rettig).

À ditadura brasileira, entretanto, não importava o que dizia ou fazia Allende. Bastava lembrar seu histórico no movimento comunista internacional e ver quem eram seus aliados — como o Partido Comunista e o principal grupo guerrilheiro dentro do

Chile, além de Cuba e União Soviética, no exterior — para concluir que a ameaça era real e premente. Mais severa ainda porque não estava isolada, e despontava em um momento crítico na região: a Bolívia estava sob um regime militar esquerdizante, o Uruguai via crescer a guerrilha urbana e o apelo da esquerda democrática, o Peru se aproximava do bloco soviético e a Argentina transitava de um regime militar exaurido a um futuro civil incerto. Anos antes, estrategistas da ditadura haviam concluído que um cerco antibrasileiro no Cone Sul, unindo os países de matriz hispânica contra o herdeiro do império português, seria a maior ameaça externa à “revolução” de 1964 e à estabilidade regional.<sup>20</sup> No final de 1970, dos gabinetes mais altos na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, muitos viam o cerco prestes a se fechar.

Ainda sob o aspecto geopolítico, o governo Médici se envolveu no destino chileno em razão de sua posição dentro do confronto ideológico na América Latina, em tempos de Guerra Fria. O Brasil dos generais e o Chile do médico socialista representavam modelos antitéticos de como governar a região.

A guerra entre americanos e soviéticos na Europa era fria, mas as superpotências e seus aliados locais faziam ferver a América Latina das décadas de 1960 e 1970. Nos onze anos que se seguiram ao triunfo de Fidel Castro em Cuba, movimentos guerrilheiros latino-americanos sofreram repetidos baques — fosse com Ernesto “Che” Guevara na mata boliviana, fosse com o brasileiro Carlos Marighella nas ruas de São Paulo. A alternativa pelas armas continuava viva e apavorava governos da região, mas seu poder real se provava muito abaixo do previsto na década anterior. Com Allende e a Unidade Popular no Chile,

surgiu um novo paradigma de revolução, na base do voto e da união das esquerdas em coalizões partidárias sob regimes democráticos. Nele, o socialismo seria implantado não contra, mas por meio do “Estado burguês”, segundo o jargão marxista.

Assim, o “experimento chileno” transcendia o pequeno país sul-americano e despertava desproporcional atenção do exterior, com esquerdistas de todos os cantos das Américas e da Europa e jornalistas estrangeiros a viajar a Santiago para ver o que acontecia. Em países como Itália e França, onde partidos socialistas e comunistas tinham chances reais de chegar unidos ao poder, a Unidade Popular parecia abrir uma fresta para o futuro. Santiago foi o primeiro destino de François Mitterrand ao assumir a chefia do Partido Socialista francês, em 1971.<sup>21</sup> O Chile também estava no altar da contracultura americana e atraía visitantes como Angela Davis, a heroína do movimento negro que, em 1972, palestrou ao lado da primeira-dama Hortensia Bussi Allende.

O “eurocomunismo” ou o fortalecimento da esquerda americana podiam até incomodar a ditadura brasileira, mas, quando o jogo envolvia a infiltração socialista no entorno sul-americano, os termos eram outros. Para os generais, além de uma ameaça direta à segurança nacional do Brasil, o modelo chileno de união eleitoral das esquerdas podia se alastrar por sistemas políticos vizinhos. E a subversão pelas armas parecia muito mais fácil de combater do que a subversão pelo voto.

Menos de um mês após o início do governo da UP, o SNI constatava:

A “contaminação chilena” já transpôs os Andes e se faz sentir na [bacia do rio da] Prata — Argentina e Uruguai — com a formação das “frentes populares”; o modelo político andino, de acesso ao poder pela via democrática, vem sendo encarado com muita simpatia pelas esquerdas moderadas latino-americanas.<sup>22</sup>

O governo Médici acreditava que o melhor antídoto contra o vírus chileno era a proliferação de regimes anticomunistas, à semelhança do que imperava no Brasil. Na Casa Branca e, progressivamente, nas casernas chilenas e nos escritórios de grandes empresas que operavam na América Latina, o diagnóstico seria o mesmo.

Não foi coincidência, portanto, que logo após o golpe, enquanto o Palácio de La Moneda ainda fumegava, os Estados Unidos de Nixon, o Brasil de Médici e militares liderados por Pinochet faziam todos referência, em comunicações secretas, a um tal “modelo brasileiro”. O sexto item de um telegrama da CIA disparado de Santiago, no próprio 11 de setembro, antecipava: “A junta [chilena] seguirá o modelo brasileiro”.<sup>23</sup> O núcleo da repressão dentro do Itamaraty, o CIEX, concordava: “O novo governo chileno [...] parece inclinar-se mais ao modelo brasileiro”, em oposição a uma ditadura militar esquerdizante como a peruana.<sup>24</sup> Dias antes, o CIEX avisara Brasília que conspiradores chilenos andavam discutindo em reuniões secretas o modus operandi do golpe contra Jango, como um estudo de caso. Deposta a Unidade Popular, o general Gustavo Leigh, chefe da Força Aérea e um dos quatro integrantes da junta de Santiago, explicou ao embaixador brasileiro que militares chilenos seguiam os mandamentos da “revolução de 1964” contra João Goulart. “O Chile deverá seguir o mesmo

caminho do Brasil, em busca de desenvolvimento econômico e social”, disse Leigh.<sup>25</sup>

Como seu triunfo inicial, o fracasso do “experimento chileno” ecoaria muito além das fronteiras entre o Pacífico e os Andes. Menos de três anos após a queda de Allende, todo o Cone Sul estaria debaixo de regimes militares, violentamente inoculado contra o “vírus” da esquerda eleita, como vivia o Brasil havia nove anos.

A segunda motivação central do regime militar brasileiro para agir no Chile era de ordem doméstica. Para a ditadura, o território chileno se tornara um vulnerável front na guerra contra a oposição clandestina nacional. Ao plano geopolítico, portanto, somava-se a luta contra o inimigo interno fora das fronteiras nacionais. Era preciso controlar, espionar e perseguir milhares de opositores que haviam transformado Santiago na capital do exílio brasileiro. Para isso, seria montada uma impressionante máquina civil-militar de vigilância da diáspora no Chile, na qual refugiados foram convertidos em informantes e consulados e embaixadas, em bases avançadas da repressão. O esquema envolvia um emaranhado de agências da ditadura: os centros de inteligência das três forças militares, o SNI, as polícias estaduais e federal e o Itamaraty — sobretudo sua Divisão de Segurança e Informações (DSI) e o CIEX.

Visto como a mais sólida democracia da região, o Chile se convertera em um ímã de exilados sul-americanos de diversas nacionalidades, incluindo argentinos, uruguaios, bolivianos e outros. O fluxo de brasileiros havia se iniciado lentamente após o golpe contra Jango, quando o Uruguai era ainda o destino principal, e foi crescendo nos anos seguintes. Entre o fim dos

anos 1960 e o início da década de 1970, a efervescência política chilena e a crescente tensão em solo uruguaio começaram a redesenhar o mapa do exílio brasileiro. Quanto mais se apertava o garrote no Brasil, mais inchava a comunidade no Chile, e com o Ato Institucional Número 5 (AI-5), em 1968, Santiago passou a ser o destino principal do degredo. Havia opositores de todas as estirpes: de acadêmicos — que, nas palavras do futuro presidente Fernando Henrique Cardoso, provariam o “amargo caviar do exílio”, trabalhando em instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da ONU, a Universidade do Chile ou no próprio governo Allende — até guerrilheiros banidos do Brasil após serem trocados por diplomatas sequestrados.

Em seus primeiros dias no poder, o regime Pinochet avisou à ditadura que 1297 brasileiros, “em sua maioria extremistas”, estavam em “situação irregular” no Chile.<sup>26</sup> O número total, somados os que tinham papéis em dia e os que escapavam à detecção, era bem maior. Exilados colocavam a cifra em até 5 mil durante o governo Allende. Não parece exagero. Após o golpe de setembro de 1973, dentre todos os que tentaram fugir do país buscando asilo em missões diplomáticas, a segunda nacionalidade mais comum era a brasileira, atrás apenas da chilena.<sup>27</sup>

Além de numerosa, a esquerda brasileira no Chile era barulhenta. O embaixador americano em Santiago, Nathaniel Davis, opinava que os brasileiros eram os “mais bem organizados” entre as comunidades de exilados.<sup>28</sup> Em solo chileno, prosperaram iniciativas de acolhimento aos que chegavam do Brasil, como a Associação Chileno-Brasileira de

Solidariedade (ACBS), e de denúncia ao regime militar, como a Frente Brasileira de Informações (FBI), criada em Argel pouco antes do triunfo da Unidade Popular. A comunidade tinha seus jornais, como o *Campanha*, um fundo para dar mesada a quem precisasse — a chamada “caixinha” —, sessões de debates com notáveis chilenos e brasileiros, cursos grátis de línguas e um restaurante (o único de Santiago a servir pizza de banana). Ao mesmo tempo que o regime militar agia para minar o socialismo chileno, havia também um Brasil fervorosamente partidário de Salvador Allende.

Para a ditadura brasileira não bastava ejetar Allende por meio do voto para sufocar o principal foco de oposição ao regime fora do Brasil. O problema, afinal, antecedia ao governo da Unidade Popular e tinha a ver com a vocação do país para a tolerância política e o refúgio. Para estourar de vez o abrigo chileno, era preciso um regime anticomunista no poder.

Quando isso finalmente aconteceu, militares, espiões e diplomatas brasileiros lançaram uma campanha internacional para rastrear opositores até seu destino final. A partir do golpe no Chile, a esquerda pegaria um rabo de foguete para ainda mais longe do Brasil — sobretudo para a Europa e, em alguns casos, América do Norte.

Claro, a ditadura e seus agentes não atuaram contra o socialismo chileno de modo isolado, ou mesmo à revelia de setores-chave da sociedade brasileira. Pelo contrário: o pavor acerca do Chile da Unidade Popular tomou parte do establishment político e econômico brasileiro com o triunfo eleitoral de Allende. Grandes grupos dentro do empresariado e da imprensa nacional foram inimigos de primeira hora da UP e

entusiastas de uma ruptura institucional no país vizinho. Organizações como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Brasil, estreitaram laços e deram firme apoio aos chamados “grêmios” de empresários chilenos que desempenhariam papel decisivo no golpe, e, como será discutido adiante, há evidências de que dinheiro brasileiro azeitou a máquina da conspiração empresarial chilena. Na luta por corações e mentes, os grandes jornais do Rio e de São Paulo passaram a defender e a republicar reportagens do *Mercurio* — o maior diário chileno, que à época recebia dinheiro da CIA para combater Allende — e a mobilizar a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP, na sigla em espanhol) contra os “riscos” à liberdade de expressão no Chile. Jornalistas chilenos podiam publicar o que quisessem, contra ou a favor de Allende, enquanto, no Brasil de Médici, a censura era implacável. Uma torrente de textos de opinião na grande imprensa brasileira pediam abertamente uma ruptura democrática chilena — a uma semana do golpe, por exemplo, leitores d’*O Globo* se depararam com um artigo de meia página assinado por Pablo Rodríguez, o líder do grupo de extrema direita Patria y Libertad (o jornal carioca se furtou a explicar quem era o autor).

Por fim, este livro se contrapõe a duas versões comuns sobre o papel do Brasil no golpe contra Allende. À esquerda, assentou-se a ideia de que os “gorilas” do regime militar brasileiro obedeciam a ordens de Washington e, por isso, agiram contra o Chile. “O imperialismo norte-americano volta agora com a vantagem de não ter de desembarcar marines em nenhuma parte da América Latina, porque já tem quem lhe faça o serviço — já contam no Brasil com serventes fiéis e eficientes”,

denunciou Gabriel García Márquez ao ver o socialismo nocauteado em Santiago. Segundo o autor de *Cem anos de solidão*, o Brasil tornara-se o “braço direito e armado” do neocolonialismo dos Estados Unidos abaixo do Rio Grande. A Rádio Havana, naquelas semanas, falava em um “eixo contrarrevolucionário Washington-Brasília”, que teria girado para triturar a UP chilena.<sup>29</sup>

A imagem do Brasil-servente-fiel, automaticamente alinhado à superpotência capitalista, é um mito e, como tal, esconde muito mais do que revela. Ela relega a ditadura a um papel meramente subsidiário e desprovido de agência, oposto àquele encontrado ao longo da pesquisa para este livro. O regime militar brasileiro tinha suas motivações — geopolíticas, domésticas, ideológicas, econômicas — para intervir no Chile e dispensava ordens de Washington para fazê-lo. Havia, sem dúvida, forte sintonia entre os governos Nixon e Médici, e ambos partilhavam o objetivo estratégico de torpedear o socialismo chileno. Ao visitar a Casa Branca no fim de 1971, o presidente brasileiro contou ao colega americano que seu governo estava em contato com militares chilenos para derrubar Allende e previu que esse desfecho não tardaria. Solícito, Nixon ofereceu-lhe “dinheiro ou outra ajuda discreta” para a missão. À época, o Itamaraty e o Departamento de Estado já trabalhavam para isolar ao máximo o Chile dentro da América Latina. No entanto, para além das consultas de alto nível e da diplomacia, não há sinais objetivos de que tenha havido uma operação conjunta e articulada entre Estados Unidos e Brasil para derrubar Allende. A política anti-Chile dos dois países teve pontos de contato mas não se entrelaçou, nem mesmo quando

Pinochet deu o bote na democracia chilena. Diferentemente do golpe contra Jango em 1964, no Chile de 1973 Washington pôde postergar o reconhecimento oficial da junta militar e deixar os brasileiros tomarem a iniciativa regional.

Do outro lado do debate, aplica-se à ação do Brasil no Chile o sofisma comumente usado para aguar violações do período militar: “excessos” cometidos foram culpa de alguns radicais dentro do regime, pessoas que agiam isoladamente. Essa racionalização esconde, por exemplo, o papel institucional do Itamaraty no aparato de repressão da ditadura. Segundo certa versão histórica, a chancelaria se insulou dos arbítrios do regime militar para se ater aos “interesses permanentes” do Estado brasileiro. A partir do final dos anos 1960, a diplomacia teria sido colocada exclusivamente “a serviço do desenvolvimento” econômico nacional, com uma ação “avançada, democrática, até esquerdista, em oposição à política interna”, escrevem Amado Cervo e Clodoaldo Bueno.<sup>30</sup> A ingerência brasileira no Chile, portanto, seria um evento marginal, produto de um embaixador anticomunista ou de alguns militares da linha dura e agentes da repressão que por lá se aventuraram. Nessa versão oficialista, meganhas e diplomatas-arapongas são a exceção que confirma a regra da não ingerência e, de modo mais geral, da inocência da diplomacia brasileira.

Centenas de documentos apresentados nas próximas páginas desmentem essa versão. O Itamaraty era parte fundamental da repressão a brasileiros fora do território nacional, espionando e perseguindo exilados. A chancelaria tinha recursos, funcionários e órgãos especializados para fazer esse trabalho

clandestino; cooperava com as agências de repressão de modo “constante, leal e competente”, conforme saudava um chefe da Agência Central do SNI;<sup>31</sup> e se ocupava da luta contra todo e qualquer movimento de denúncia à ditadura no exterior, fosse na América do Sul, na Europa ou nos Estados Unidos.

No Chile, a relação entre diplomacia e repressão foi particularmente estreita e fecunda. Em pelo menos uma ocasião, foi diretamente responsável por produzir um cadáver: Edmur Péricles Camargo, sequestrado ao fazer uma escala em Buenos Aires, num voo do Chile ao Uruguai. O cônsul do Brasil em Santiago, Mellilo Moreira de Melo, soubera por meio de delatores que Camargo estaria no avião. O aviso correu os sistemas de comunicação secreta entre a chancelaria e a repressão, e até hoje o ex-aliado de Carlos Marighella está “desaparecido”.

O abandono à tortura de brasileiros presos no Estádio Nacional e a recusa em solicitar salvo-condutos foram discutidos dentro do gabinete do ministro das Relações Exteriores. A chancelaria integrou, institucionalmente, a repressão, e o resultado foi a violação, de modo sistemático, de direitos de brasileiros no exterior.

Boa parte dos diplomatas brasileiros preferiu não se envolver, ou se resignou ao silêncio. Outros chegaram a se arriscar agindo contra a ditadura — por exemplo ao transportar listas de torturadores em malas diplomáticas ou ao repassar informações a perseguidos. Mas são estes a exceção que confirma a regra do colaboracionismo.

Cronologicamente, a intervenção brasileira ocorreu em três tempos: primeiro, com a vitória de Allende, quando o Brasil

passou a trabalhar para minar o governo chileno; segundo, no momento do golpe de 1973, quando Médici concedeu apoio total a Pinochet e à construção da nova ditadura; e, finalmente, com a consolidação do novo regime e a solução do “problema chileno” para os brasileiros, quando Geisel decidiu reduzir a proximidade excessiva do Brasil com o Chile, de modo geral, e com a figura de Pinochet, em particular, embora continuasse a apoiar o regime chileno no subterrâneo. Nesse intervalo, o Cone Sul perdeu as últimas democracias que lhe restavam e acabou inteiramente coberto por regimes anticomunistas, em sintonia com a ditadura brasileira instaurada em 1964. Essas três fases e a mudança regional, com o Cone Sul a se converter em uma região de ditaduras civil-militares, formam o arco que ordena este livro.

Pinochet viajou ao Brasil para assistir à transmissão de cargo, em março de 1974, mas foi inequivocamente desconvidado para a festa pelo grupo que estava prestes a assumir as rédeas da ditadura brasileira. Geisel prometia iniciar uma abertura gradual rumo a um governo civil e, com as notícias sobre tortura e desaparecimentos no Chile que ganhavam o mundo, preferia que o chefe da junta chilena não aparecesse ao seu lado nas fotos da investidura. Assessores do novo presidente deixaram claro o desconforto em conversas com o embaixador de Pinochet em Brasília, almirante Hernán Cubillos Leiva. O emissário do Chile em Brasília enviou um telegrama secreto pedindo que o chefe não viesse. Depois, telefonou a Santiago para reforçar a mensagem. O noviço ditador, entretanto, precisava sair do Chile para mostrar que consolidara o poder

internamente, não estava isolado na região e sabia assumir o papel de estadista. Fez-se de desentendido e embarcou no Boeing 727 da Lan-Chile rumo ao Brasil.

De certa forma, essa viagem de Pinochet havia se iniciado no ano de 1970, quando a eleição de Allende subitamente fez a ditadura brasileira ver o Chile como a maior ameaça regional ao seu projeto político.

**PARTE I**  
**O BRASIL CONTRA**  
**SALVADOR ALLENDE**

# 1. AMIZADES INCONDICIONAIS

HAVIA TRÊS DÉCADAS QUE A EMBAIXADA BRASILEIRA em Santiago ocupava o Palácio Errázuriz, réplica de uma *villa* neoclássica italiana erguida em 1872 por uma família de novos barões que o boom do salitre no Chile produzira. Um prédio exagerado, creme e branco, a quatro quadras do Palácio de La Moneda, na alameda Libertador Bernardo O'Higgins, que vara a capital. O portão da missão diplomática abria-se para um pátio com chão de pedras, ao lado da mansão principal. Dentro dela, visitantes desembocavam primeiro em um hall retangular de dois andares e piso de mármore policromado. Adornos em relevo e espelhos retangulares, enormes, cobriam as paredes dos corredores. Nas salas, desciam do teto lustres bojudos de cristais e colunas verdadeiras e falsas — uma delas tinha um afresco oval com temas angelicais, encomendado por *don* Maximiano Errázuriz a um artista francês que aportara em Valparaíso. No projeto original, a mansão era abraçada por um jardim de esculturas, mas ele acabou parcialmente amputado quando o governo brasileiro decidiu subir, nos fundos do terreno, um anexo achatado para abrigar escritórios.<sup>1</sup>

Era lá que se encastelava Antonio Cândido da Câmara Canto, a cinco dias da eleição presidencial de setembro de 1970. Naquela tarde, o alarido que vinha da avenida começava,

finalmente, a animar o representante da ditadura militar brasileira no Chile.

Em seus telegramas secretos a Brasília, o diplomata vinha se queixando de xingamentos, pichações e janelas estilhaçadas quando os partidários do candidato socialista, Salvador Allende, perfilavam-se em frente à missão brasileira. Passava a Unidade Popular e reverberavam entre as paredes de seu gabinete “berros de ‘gorilas assassinos’ e outras bobagens usuais na boca de marxistas”, irava-se o diplomata. Pior, dizia: nem os carabineiros que faziam a guarda do prédio intimidavam os “favelados” pró-Allende.<sup>2</sup>

Os dias eram de convulsão nas ruas e a embaixada assentava-se num ponto vulnerável da cidade. Suas dezenas de janelões oitocentistas ficavam perto demais da calçada, numa esquina da “Alameda” — como santiaguinos ainda chamam a avenida — onde desembocavam as passeatas. Pela geografia e pela política, as vidraças do prédio do Brasil haviam se tornado um alvo privilegiado das pedradas dos allendistas.

E o medo intoxicava funcionários brasileiros no Chile. O embaixador tinha certeza de que “células comunistas” haviam se infiltrado nas companhias de comunicação locais e monitoravam sua troca de mensagens com o Itamaraty.<sup>3</sup> Seu temor não era de todo infundado. Semanas antes, forças de segurança chilenas haviam encontrado, num esconderijo do Movimento Esquerda Revolucionária (MIR, em espanhol), um apetrecho sofisticado para grampear linhas telefônicas.<sup>4</sup> Sob ordens do ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, Câmara Canto passou a arquivar todos os documentos em um local mais protegido. O temor da violência fez o

embaixador cancelar a festa pátria do Sete de Setembro, que cairia três dias depois das eleições presidenciais chilenas.<sup>5</sup>

Não era apenas no Chile que o risco de atentados e sequestros assombrava autoridades do regime militar brasileiro. Até o poderoso ministro da Fazenda, Antonio Delfim Netto, reclamava dos cuidados extras que era obrigado a tomar na vida diária. “As pessoas acham que isso aqui é um piquenique? Esses terroristas são um bando de assassinos, levaram totalmente minha liberdade pessoal. Nós todos vivemos com medo”, bradou certa vez o ministro a um diplomata americano, irritado ao ser questionado sobre relatos de tortura contra opositores do regime.<sup>6</sup>

Nos países vizinhos do Cone Sul, como Chile, Uruguai e Argentina, o perigo para os funcionários brasileiros talvez fosse ainda maior do que dentro do território nacional. Em julho daquele ano, o cônsul em Montevideú, Aloysio Gomide, havia sido levado de sua casa de pijamas, enrolado num lençol, por guerrilheiros tupamaros que vestiam o uniforme da empresa telefônica uruguaia. Enquanto chilenos se preparavam para votar, Gomide continuava desaparecido e sua esposa, contra a vontade do governo brasileiro, passava o chapéu entre a alta sociedade carioca para juntar a soma que exigiam os sequestradores.<sup>7</sup> Até o apresentador Chacrinha contribuiria, e o cônsul seria solto após quase sete meses.<sup>8</sup>

Diplomatas em Santiago foram autorizados a portar uma pistola debaixo do paletó e os militares, desaconselhados de circular vestindo a farda brasileira. O Itamaraty enquadrou Câmara Canto para que ele recebesse proteção adicional — coisa que o diplomata, turrão, vinha recusando. Agentes

brasileiros, alertados por um “informante” sobre a data e a hora de uma suposta tentativa de sequestro do embaixador, chegaram a preparar uma arapuca. Os sequestradores não apareceram, mas um sinal involuntário de um dos integrantes da segurança, postado numa esquina, fez o comboio de Câmara Canto sair cantando pneu numa erma ruela de Santiago.<sup>9</sup>

No entanto, naquele último dia do mês de agosto de 1970, o embaixador no Chile viu motivos para se alegrar. Dessa vez, a calçada da Alameda fervilhava não com os insultuosos allendistas, mas com militantes do conservador Partido Nacional, de Jorge Alessandri, engenheiro de 74 anos que havia presidido o país de 1958 a 1964. A multidão alessandrista que avançava — senhoras aprumadas, senhores de gravata e universitários de cabelo curto e alinhado — lançava gritos de “Viva o Brasil!” e batia palmas diante do prédio do país vizinho, visto como defensor da civilização cristã. Do lado de dentro, o veterano diplomata brasileiro luzia de orgulho.<sup>10</sup>

Entre os extremos em conflito na contenda eleitoral chilena, o Brasil estava totalmente associado a um dos lados. Na América do Sul de 1970, imersa nas cisões da Guerra Fria, a ditadura brasileira figurava como baluarte na cruzada contra o fantasma vermelho. Àquela altura, a Argentina vivia um momento de transição e fragilidade entre as presidências militares de Juan Carlos Onganía e Alejandro Agustín Lanusse, com o peronismo batendo novamente à porta. A sempre instável Bolívia passava pelo governo socializante e nacionalista do general Alfredo Ovando Candía, à semelhança do regime simpático ao bloco socialista que se instalara em 1968 no Peru, com o general Juan Velasco Alvarado. A democracia uruguaia cambaleava, entre

ameaças do terrorismo de extrema esquerda dos tupamaros e do apetite golpista que crescia na ultradireita.

O Brasil, entretanto, havia fincado raízes fundas no terreno do Ocidente após o golpe de 1964, e o regime militar, com Médici, alcançava seu paroxismo. Eram os anos do “milagre econômico” e, simultaneamente, do auge da tortura e das várias formas de repressão ao dissenso.

Visto do plano regional, o general-presidente brasileiro era o inverso do cubano Fidel Castro. Fidel era o símbolo máximo do guerrilheiro revolucionário; Médici, do militar conservador. E o Chile, onde essas duas visões de mundo se batiam nas urnas, havia subitamente se convertido na mais sensível fronteira da Guerra Fria interamericana. O resultado da votação, fossem os vencedores aliados de Brasília ou de Havana, inevitavelmente transbordaria o delgado território entre os Andes e o Pacífico.

O Brasil, de sua parte, não só assistia e torcia, como também trabalhava na sombra para que a esquerda chilena continuasse longe do La Moneda. Câmara Canto tinha laços estreitos com figuras da direita do Chile, tanto políticos, jornalistas e empresários, quanto militares e integrantes da alta burocracia estatal. Apaixonado por montaria, cavalgava quase semanalmente com oficiais da cúpula das Forças Armadas, muitos dos quais chamava pelo primeiro nome. Para o embaixador, equitação era ao mesmo tempo questão desportiva e política.<sup>11</sup> (A CIA também entendeu que o clube de montaria de Santiago era lugar privilegiado para recrutar informantes e, com dinheiro para operações clandestinas, um de seus homens no Chile comprou um cavalo e o batizou de Bismark.)<sup>12</sup>

Câmara Canto chegou a Santiago em 1969, vindo de quatro anos como representante do Brasil na Espanha do generalíssimo Francisco Franco — à época, uma das grandes influências internacionais sobre o conservadorismo latino-americano. No Chile, o embaixador brasileiro — um homem parrudo, de 1,80 metro, cabelos curtos penteados de lado e um sorriso discreto de canto de boca, às vezes acompanhado de um cachimbo de cabo reto — costuraria uma poderosa rede de contatos. Diplomata de carreira, ele entrara no Itamaraty aos 28 anos. Havia nascido em Montevideú, de família brasileira (foi naturalizado brasileiro), e crescido na região de fronteira, de onde trazia um carregado sotaque curto nos erres e arrastado nas vogais, além de uma poderosa senhora, dona Tycka, de tradicional família estancieira uruguaia.<sup>13</sup> Sobretudo, Câmara Canto havia desenvolvido um anticomunismo e um conservadorismo arraigados, os quais ajudaram a embalar sua carreira dentro da chancelaria naqueles anos de chumbo.

Seu conservadorismo, porém, datava de antes do golpe de 1964. No início dos anos 1960, como chefe do Departamento de Administração do Itamaraty, cobiçada instância que despachava promoções e remoções no ministério, fustigou diplomatas com pecha de efeminados. “Queres saber por que não foste promovido? Aguentas uma verdade? Não fuiste promovido porque eres puto”, explicou certa vez a um colega inconformado com a estagnação na carreira.<sup>14</sup>

Mas Câmara Canto era também um burocrata eficiente, um “cumpridor de tarefas”, nas palavras de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, célebre jurista e chanceler do governo parlamentarista de João Goulart.<sup>15</sup> Tanto assim que foi o

escolhido para ir a Havana, em 1962, resolver uma crise na embaixada do Brasil, onde noventa asilados (setenta cubanos, dezesseis equatorianos e quatro argentinos) viviam desde a revolução, quase dois anos antes. Câmara Canto foi recebido pessoalmente por Fidel, a quem convenceu a expedir os salvo-condutos a todos os abrigados na missão brasileira. Em seguida, organizou a retirada dos opositores, alguns levados para fora de Cuba em aviões da Força Aérea do Brasil.<sup>16</sup>

Nas voltas da história, doze anos depois, com o golpe no Chile, a embaixada sob sua autoridade não abrigaria nenhum perseguido político e ele se recusaria a solicitar salvo-condutos a cidadãos brasileiros.

Com o AI-5, em 1968, foi instalada no Itamaraty a Comissão de Investigação Sumária, com o objetivo de limpar os quadros da chancelaria de “esquerdistas, homossexuais, bêbados e vagabundos”. Câmara Canto assumiu a presidência do tribunal inquisitório. Em 26 dias, usando informantes civis e militares, elaborou sua lista de condenados. Cassou treze diplomatas, incluindo Arnaldo Vieira de Mello (pai de Sérgio Vieira de Mello, funcionário da ONU morto em 2003 no Iraque). Nem porteiros e copeiras escaparam da limpa.

“Tudo fizemos para atingir os objetivos colimados e preservar o bom nome do Brasil e do seu serviço exterior”, vangloriou-se Câmara Canto ao então chanceler, Magalhães Pinto.<sup>17</sup> No Chile pós-golpe, contava-se que o embaixador aconselhou a junta a aproveitar o expurgo dos marxistas para também despachar os “suspeitos” de homossexualidade, como ele próprio fizera no Brasil.<sup>18</sup>

*image  
not  
available*

conservadorismo chileno seria uma evolução do cenário político que culminasse numa aliança tática entre comunistas e a democracia-cristã, algo que se tornava cada vez mais improvável. “Com Tomic, não vamos nem à missa”, bradava o secretário-geral da legenda comunista, Luís Corvalán.

Três meses depois, um memorando secreto que correu o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) do Brasil continuava a colocar a vitória de Alessandri como o cenário mais provável. Havia, no entanto, riscos prementes. O coronel Luiz José Torres Marques, que redigira o documento depois de visitar o Chile, previa que, salvo diante de uma vitória do direitista nas urnas, seguida da confirmação pelo Congresso, as eleições desaguariam em violência. Se Allende virasse presidente, estouraria um “movimento militar” para depô-lo, antecipava o coronel. E, se o marxista vencesse no voto mas o Congresso se recusasse a confirmá-lo, um “movimento subversivo para empossar Allende” tomaria o Chile. A análise simplesmente desconsiderava a possibilidade de o candidato da Unidade Popular conquistar o maior número de votos, ser confirmado pelo Congresso e tomar posse sem a sublevação das Forças Armadas — como de fato ocorreria.<sup>24</sup>

O Brasil não estava sozinho ao apostar suas fichas contra Allende. Pesquisas de opinião o colocavam em terceiro lugar, com 28% dos votos, bem atrás do candidato do Partido Nacional, com 41,5%, e perdendo por pouco da Democracia Cristã, com 29%. Políticos da direita e democratas-cristãos também subestimavam o poder de fogo dos allendistas, certos de que as estrelas, as foices e os martelos nas bandeiras dos apoiadores da Unidade Popular aterrorizavam a classe média chilena. Nas

*image  
not  
available*

de Frei com 4 milhões de dólares, além de outros 3 milhões em propaganda direcionada especificamente contra Allende. Um ano depois, dinheiro americano administrado com ajuda do embaixador em Santiago ajudou a frustrar a vitória nas urnas de pelo menos treze candidatos de esquerda ao Congresso. Em 1969, de novo, vieram outras centenas de milhares de dólares para interceptar candidaturas aliadas a Allende. Entretanto, ao avançar em temas como reforma agrária e nacionalização do cobre, o reformismo chileno teve o efeito contrário do esperado por seus entusiastas nos Estados Unidos. Em vez de arrefecer, a pressão social por mudanças cresceu ainda mais. A ala à esquerda do partido inchou (o candidato Tomic era um de seus expoentes; outros, ainda mais na ponta, debandaram da legenda) e a esquerda mais radical, sob o guarda-chuva da Unidade Popular, fortaleceu-se. Americanos e democratas-cristãos chilenos terminavam a década valsando em compassos distintos. Para os Estados Unidos, o partido havia se tornado um investimento frustrado.

Na reunião na Casa Branca, o professor Kissinger quis abrir alternativas, nem que fossem contra as regras do mais antigo jogo democrático sul-americano. Deu ordens para que o embaixador em Santiago, Edward Korry, mapeasse possíveis aliados — e obstáculos — para um golpe pró-Estados Unidos no Chile e encomendou uma análise de conjuntura à CIA, ao Departamento de Estado e ao Pentágono sobre um cenário com Allende eleito. Feito o estudo, chegou-se à conclusão de que os Estados Unidos não tinham “interesses vitais” no Chile e o triunfo da Unidade Popular não afetaria o equilíbrio global de

*image  
not  
available*

Num domingo, a um mês do embate nas urnas entre Allende, Alessandri e Tomic, dois emissários do presidente do Partido Nacional, Sergio Onofre Jarpa, visitaram Câmara Canto. Traziam-lhe notícias alarmantes e um pedido inusual. Jarpa — que anos mais tarde viria a ser ministro do Interior do regime Pinochet — era amigo do diplomata brasileiro e, nas conversas entre os camaradas, havia um tema habitual. O chileno falava do crescente descontentamento nas Forças Armadas no Chile, e o brasileiro, da experiência em seu país, em 1964. Dessa vez, porém, o líder do PN estava doente e, com a urgência do assunto, despachou dois assessores de sua confiança ao palacete do governo brasileiro.

No gabinete do embaixador, os visitantes avisaram que a Unidade Popular estava preparando, “evidentemente na surdina”, um levante popular para tomar a capital e o poder, com o objetivo de impedir a realização das eleições do dia 4. Diziam eles que a UP, para isso, inundaria Santiago com “grandes massas de operários de cidades marginais, inclusive de Concepción e Valparaíso”. Carabineiros e militares supostamente sabiam dos planos de insurreição e estavam mobilizando forças adicionais, trazidas do interior, para proteger a capital chilena, enquanto a Marinha asseguraria o controle sobre todos os portos.

“Os altos-comandos das três Forças estão dispostos a garantir a posse de Alessandri, por acharem que nas urnas triunfará amplamente, e por considerarem que, pela situação que atravessa o Chile, é o único dos três candidatos que poderá salvá-los do caos”, escreveu ao Itamaraty o diplomata brasileiro, ao relatar o encontro.<sup>36</sup>

*image  
not  
available*

atravessa o continente”, registrava Câmara Canto. Estavam, finalmente, deixando de se esconder “como avestruzes” dos problemas políticos nacionais.<sup>41</sup>

A politização das Forças Armadas do Chile era um caminho sem volta, concluía o embaixador da ditadura brasileira já em 1969. A questão agora era qual via, afinal, os militares do país vizinho escolheriam: seria como no Brasil, onde “patriotas [...] preocupados com o bem-estar de seu povo” ocuparam o “vácuo deixado pela politicagem dos falsos líderes populares”, ou como no Peru e na Bolívia, onde os generais, “além de serem nacionalistas e desenvolvimentistas, aceitam ideias comuns aos programas de esquerda”?<sup>42</sup> Ou seja: os militares chilenos prefeririam uma ditadura de direita, como a brasileira, ou de colorações esquerdistas, como a peruana e a boliviana? A pergunta perturbaria diplomatas, militares e membros da chamada “comunidade de inteligência” brasileira até sua resposta definitiva, em 1973.

O embaixador, desde o início, compreendeu a importância histórica da rebelião do Regimento Tacna, o início de uma nova fase na política chilena, na qual a cúpula dos militares era empurrada ao centro da trama política. Um golpe com um mínimo de planejamento teria obtido sucesso, acreditava o diplomata brasileiro, mas Viaux “desde o início buscou uma posição defensiva”. Ao ver o Chile de 1969, Câmara Canto pensava no Brasil de 1964: o levante armado não contou com uma organização civil de suporte, como no caso brasileiro. Por isso não conseguira alçar voo.<sup>43</sup> Um “pronunciamento” de sucesso dependia da participação ativa de empresários,

*image  
not  
available*

governador e ministro. Quem lhe passou a informação foi o então jovem diplomata Clodoaldo Huguene, secretário no consulado brasileiro e seu aluno em Santiago.<sup>48</sup> Serra estava no Chile desde 1965 — primeiro como estudante de economia, quando sobrevivia dando aulas particulares de matemática a colegas, depois como professor de história do pensamento econômico e pesquisador em centros como a Escolatina, da Universidade do Chile, e a Cepal, das Nações Unidas. No período Allende, trabalharia no governo chileno como assessor para políticas educacionais e, depois, no Ministério da Fazenda.

Como o almirante Aragão no Uruguai, o professor no Chile era vigiado de perto por agentes da ditadura, incluindo o CIEX, do Itamaraty, que através de seus canais de espionagem bombeava informes sobre supostas viagens suas a Montevideu, Praga e Havana (ainda que Serra não tenha passado por Cuba naqueles anos).<sup>49</sup> Mas o exilado entrou na missão consular, território brasileiro, fez o pedido e dias depois — surpresa — um autêntico passaporte do Brasil em seu nome também lhe foi entregue.

A essa altura, gente demais sabia do feito e ficara fácil para a ditadura, com seus ouvidos aguçados dentro da comunidade de exilados, detectar a goteira na missão consular. O caso subiu até tocar o topo do regime. Embaixadas e consulados brasileiros mundo afora foram avisados, e governos vizinhos receberam comunicados urgentes notificando o cancelamento do passaporte. Serra terminou detido por cinco horas no aeroporto de Caracas e só foi solto porque autoridades venezuelanas fizeram confusão com seu nome (José Serra e José Chirico Serra, seu nome completo, viraram pessoas diferentes pela

*image  
not  
available*

escutarem os protestos, ambos exaltaram os laços de amizade entre Brasil e Chile, mas era difícil amansar o diplomata. Câmara Canto fez questão de ler em voz alta toda a transcrição da entrevista de Moreira Alves, além de um comentário crítico ao regime brasileiro que fora ao ar no Canal 7 e um artigo intitulado “Brasil: Um cachorro e uma praia vazia”, do diário esquerdista *Puro Chile*, com denúncias do uso de cães em salas de tortura no Rio. No meio da audiência, Câmara Canto, exaltado, disse ter descoberto que funcionários do Itamaraty haviam auxiliado a “campanha de difamação” transportando relatórios clandestinos sobre a repressão em malas diplomáticas — um canal de denúncias que de fato existira por pouco tempo até ser desbaratado pela repressão. Sacou, então, uma foto dos quarenta presos políticos trocados pelo embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben, ao chegarem à Argélia, e sofismou aos ministros: “Eles parecem ter sido torturados?”.<sup>58</sup>

No canto direito da foto havia uma jovem, a única que aparecia sentada, de perfil, com as meias esticadas até a altura dos joelhos. Era Vera Sílvia Magalhães, do MR-8, que não conseguiu colocar em pé seus 37 quilos diante do fotógrafo, de tantos eletrochoques e golpes que recebera em sessões de tortura iniciadas numa Sexta-Feira Santa, meses antes. Não era a única — praticamente todos ali haviam conhecido a tortura e vários ainda tinham hematomas nos pulsos, pulseiras roxas sulcadas ao longo de horas invertidos no pau de arara.

Os ministros fizeram três promessas ao embaixador. Os dois ex-marinheiros brasileiros seriam imediatamente expulsos do território chileno. Tampouco a Moreira Alves seria oferecido o

*image  
not  
available*

## 2. A SURPRESA DA ELEIÇÃO DE 1970

*Allende é o que é: um revolucionário marxista, apóstolo no Chile, e talvez no continente, da Revolução Cubana.*

Antonio Cândido da Câmara Canto,  
embaixador do Brasil no Chile

O DIA DA VOTAÇÃO SE APROXIMAVA e um temor generalizado de desordem, promovida pela direita ou pela esquerda, nublava o Chile. Câmara Canto foi procurado por uma vizinha — ninguém menos que a esposa do presidente do Senado, o democrata-cristão Tomás Pablo —, que lhe pediu para guardar suas joias e estacionar o automóvel da família no pátio do complexo Errázuriz, até a situação se definir.<sup>1</sup>

O embaixador não acreditava que as coisas se acalmariam tão cedo. De um lado, duvidava que a Unidade Popular de Allende aceitaria pacificamente uma derrota nas urnas. A extrema esquerda estava bem armada e tentaria tomar o poder à força, calculava Câmara Canto, lançando o Chile em uma espiral de violência puxada por uma guerrilha urbana ao estilo dos tupamaros uruguaiois. À frente dessa ofensiva estaria o Movimento Esquerda Revolucionária (MIR, na sigla em espanhol), ligado a Cuba e adepto da teoria do foquismo guerrilheiro, que taticamente aceitou parar suas ações para

*image  
not  
available*

socialismo teve início quando era jovem, na faculdade de medicina. Allende enxergava a política através das lentes da luta de classes e do materialismo histórico. Citava o clássico *Imperialismo, fase superior do capitalismo* — em que Lênin analisa a concentração do capital e da produção para explicar o neocolonialismo das grandes potências — como a obra que havia forjado sua visão de mundo.

Aos 62 anos, quando foi eleito presidente, o senhor de óculos fundos, bigode ralo e bochechas de avô já era mundialmente reconhecido como um veterano revolucionário da América Latina. Seu currículo internacionalista somava duas décadas.

Nos anos 1950, o então senador Allende fizera barulho dentro do Grupo de Amigos da Guatemala, que denunciava o golpe fomentado pela CIA contra o presidente Jacobo Arbenz. O jovem militar descendente de suíços havia sido eleito com a promessa de nacionalizar todas as terras improdutivas, pagando por elas a quantia que seus proprietários declaravam ao fisco local. Mas havia uma complicação: a United Fruit Company, empresa agrícola americana, que era a maior proprietária de terras da Guatemala.

O golpe patrocinado pelos Estados Unidos contra Arbenz ecoaria na região ao longo de décadas e jogaria, de modo definitivo, a esquerda latino-americana na luta contra a influência americana. Uma das testemunhas da queda patrocinada pela CIA era um jovem argentino de nome Ernesto Guevara, que à época vivia na Guatemala. Para ele, a moral da parábola de Arbenz era que a luta por justiça social estaria fadada ao fracasso enquanto se resumisse ao “voluntarismo” de

*image  
not  
available*

1952, quando viajava pelo Chile, “um muito bom e outro muito ruim”. Allende sairia da conversa fascinado com “a qualidade intelectual, o sentido humano e a visão continental” do guerrilheiro, que em seguida o apresentou a Raúl e Fidel Castro.<sup>14</sup>

Contra os críticos à esquerda que o desprezavam como “reformista”, Allende gostava de mostrar o exemplar do clássico *Guerra de guerrilha*, de Guevara, que o próprio autor lhe presentara em 1961. A dedicatória na primeira página dizia: “A Salvador Allende, que, por outros meios, trata de obter o mesmo. Afetuosamente, Che”.

A partir da primeira viagem, o político chileno seria um defensor incondicional da “experiência cubana”, ainda que ela fosse tão distinta de seus planos para o Chile. “Um povo unido, um povo consciente de sua tarefa histórica é um povo invencível”, dizia sobre Cuba.<sup>15</sup> Ele faria repetidas visitas à ilha como convidado pessoal de Fidel, nas quais os dois passavam horas a discutir a revolução e a duelar no pingue-pongue. Allende guardaria a amizade e a afinidade política com o líder cubano até o último instante de sua vida, na manhã de 11 de setembro de 1973, quando se suicidou com a AK-47 que havia ganhado de Fidel.

Cuba também se tornaria base de sua atuação internacional. Em 1966, o senador chileno foi um dos delegados na Conferência Tricontinental dos Povos da África, Ásia e América Latina, realizada em Havana com o objetivo de impulsionar a luta pela descolonização e a erradicação do domínio de potências ocidentais sobre o Terceiro Mundo (“provavelmente, o mais importante encontro de forças pró-comunistas e

*image  
not  
available*

portanto, já havia passado a maior parte de sua vida circulando pelos corredores do poder constitucional de Santiago, sem jamais ter rastejado nas valas de um campo de treinamento guerrilheiro.

Ademais, Allende tinha hábitos de dândi. Gostava de bebericar seu Chivas Regal regularmente, usava roupas elegantes e os óculos Mustang de armação grossa que viraram sua marca. Colecionava objetos de arte e fina tapeçaria, e passava dias entre Valparaíso e Viña del Mar, a deslizar seu barco a vela sobre as águas frias do Pacífico, um de seus passatempos prediletos. Ao ver pela primeira vez aquele senhor ancorando seu veleiro, com um lenço branco tipo plastrão envolto no pescoço, calças e sapatos claros em contraste com uma casaca azul, o coronel Paul Wimert, adido militar dos Estados Unidos, pensou se tratar de um ricoço, “um Vanderbilt” do Chile, diria mais tarde.<sup>23</sup> Informado de que se tratava do revolucionário Allende, contra quem conspiraria ativamente, Wimert ficou perplexo. Estava acostumado com as roupas monocromáticas de soviéticos, vietnamitas e cubanos. Nunca vira um comunista trajando a moda náutica da Nova Inglaterra.

Ainda jovem, Allende ganhou o apelido de “*pije*” (algo como “almofadinha”). Quando virava as costas em suas viagens a Cuba, os barbudos em uniforme cáqui do entourage de Fidel se divertiam disparando maledicências sobre o estilo refinado do visitante. Para os guerrilheiros, era um estroina.<sup>24</sup>

Dentro da esquerda do Chile, a complexidade de Allende — os vínculos estreitos com o castrismo, a confessa admiração pela China maoista e o estilo requintado de vida — incomodava os comunistas, sempre fiéis às ordens de Moscou. A KGB relatava

*image  
not  
available*

queimaria no La Moneda, em 1973, durante o bombardeio ordenado por Pinochet.<sup>31</sup>

No plano estratégico latino-americano, a Via Chilena aparecia em um momento de inflexão da política externa de Havana. Fidel vinha adotando uma abordagem mais pragmática na região, refletindo em parte a nova realidade dentro de Cuba. Os planos de industrialização acelerada lançados nos anos 1960 haviam sido um erro “inegavelmente custoso”, admitia o presidente Osvaldo Dorticós, e a produção agrícola cubana caíra, fazendo a ilha orientar-se novamente à produção da cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, as desavenças entre Moscou e Havana tornavam-se patentes. Na segunda metade dos anos 1960, a União Soviética acentuou sua oposição às guerrilhas filocubanas na América Latina. O incitamento cubano à insurgência na área de influência dos Estados Unidos era “perigoso”, vaticinava Leonid Brejnev.<sup>32</sup>

Rapidamente, regimes de cunho nacionalista e reformista deixaram de ser chamados de “reacionários” pelos cubanos e passaram a contar como aliados. Foi assim com o panamenho Omar Torrijos, com o boliviano Alfredo Ovando Candía e, sobretudo, com o peruano Velasco Alvarado. Após derrotas sucessivas da esquerda armada nas cidades e no campo ao longo dos anos 1960, Cuba recalibrava sua estratégia para reduzir o isolamento e criar novas barreiras à influência americana no hemisfério. (O serviço de inteligência da Marinha brasileira, por exemplo, concluiria, em uma análise a posteriori, que o grosso do apoio cubano à luta armada no Brasil cessou por volta de 1968.)<sup>33</sup> O objetivo de Fidel continuava a ser a revolução socialista, mas, no curto e médio prazos, era preciso se adequar

*image  
not  
available*

Uruguai —, e caberia aos “dois irmãos mais poderosos”, Brasília e Buenos Aires, tomar a dianteira.<sup>2</sup>

Gibson Barboza duvidava que a Argentina — à época sob o govern tampão do general Roberto Levingston — tomaria uma posição proativa frente a Allende. O chanceler brasileiro calculava que, no curto prazo, os focos de tensão entre Chile e Argentina provavelmente cresceriam, incluindo os litígios fronteiriços. Segundo ele, Buenos Aires já havia efetuado um “reforço discreto” em guarnições da fronteira, mas, conforme dissera ao Palácio do Planalto, a percepção majoritária nos círculos de poder da Argentina era de que Allende não daria uma guinada imediata rumo ao “comunismo absoluto”. Assim, Levingston e seus principais assessores guardariam uma “atitude eminentemente defensiva” em relação a Santiago.<sup>3</sup>

O chefe do Itamaraty alertava ainda o presidente Médici de que o Brasil tampouco poderia contar com o apoio de grandes potências. Europeus não pareciam realmente interessados no longínquo drama chileno. A missão britânica em Santiago havia indicado a Brasília que apostava na “longa tradição democrática” do Chile e duvidava que o triunfo da Unidade Popular levaria à implementação do comunismo. Contudo, a mais importante de todas era a reação do governo de Richard Nixon. Segundo a análise do ministro das Relações Exteriores ao presidente, Washington havia “desde o início” expressamente proibido seus funcionários de se envolver na campanha chilena. “Coerente com sua diretriz geral de retração, o governo Nixon tem dado indícios claros de que manterá essa atitude passiva de simples observador”, previa.

*image  
not  
available*

dos dois vizinhos. No caso brasileiro, era o senador Miranda, da ala mais moderada da Unidade Popular.<sup>9</sup> Ele também servia de enlace entre o líder socialista e a embaixada dos Estados Unidos em Santiago.<sup>10</sup>

O chanceler Gibson Barboza informou ao presidente Médici sobre a visita de Miranda à embaixada e sobre a mensagem incomodamente conciliadora que deixara com Câmara Canto. O ministro, porém, quis enfatizar ao presidente que tampouco se convencera da “missão de boa vontade” do senador. “A decisão de Allende de enviar esse emissário à nossa embaixada em Santiago parece ser, sobretudo, parte da ação ampla destinada a ‘desarmar os espíritos’ que estarão prevenidos contra sua plataforma de governo”, alertou o chefe do Itamaraty. Mais ainda, Miranda poderia estar sendo usado por Allende para “colher impressões iniciais sobre o estado de ânimo de setores que presume lhe sejam hostis”.<sup>11</sup> O sinal de abertura ao diálogo passava a ser interpretado como evidência de que o antagonismo era inevitável.

Segundo o slogan inventado por Aristóteles Drummond, da revista *O Cruzeiro* e de *O Jornal*, o Chile estava se tornando “a Cuba do Pacífico”. Bem relacionado com a linha dura dos militares, o repórter viajou a Santiago entre a eleição de Allende e o Congresso Pleno. Seus artigos incendiários ajudaram a estarrecer setores da opinião pública no Brasil, e ele foi chamado a uma longa entrevista na TV Tupi para esclarecer o que se passava no país que até pouco tempo parecia tão amistoso e inofensivo. Explicou que a fumaça comunista dessa vez não estaria em uma ilha no Caribe, tradicional zona de influência dos Estados Unidos, mas cravada no Cone Sul — logo

*image  
not  
available*

duvidoso. Para Gibson Barboza, Frei se convertera em um “Hamlet andino (que) não deseja a posse de Allende, mas que não quer comprometer sua imagem de estadista impedindo (a investidura do sucessor)”.<sup>18</sup> O ministro notava ainda que o Partido Nacional de Jarpa recebia “apoio e orientação clandestinos de funcionários norte-americanos” para tentar bloquear a ascensão da Unidade Popular.<sup>19</sup> Ao contrário de sua análise inicial, os Estados Unidos de Nixon agora não eram mais “simples observadores” dos eventos no Chile.

Da primeira conversa com os oficiais e políticos após a vitória da extrema esquerda, Câmara Canto tirou duas conclusões categóricas. A primeira: seus amigos militares pareciam ainda contrários a uma tomada do poder e se inclinavam a deixar Allende assumir a presidência, nos termos da Constituição. A segunda: “Mais cedo ou mais tarde, terão de tomar alguma atitude drástica”.<sup>20</sup> Um golpe se projetava no horizonte; restava saber quão longe estava.

Dias depois, o embaixador brasileiro obteve informações sobre os bastidores do diálogo entre a Unidade Popular e a Democracia Cristã. Estava nos jornais que Allende e seus aliados negociavam com o PDC um acordo batizado de “Estatuto de Garantias”, na base da troca de compromissos por votos de congressistas. Câmara Canto soube por uma fonte dentro do PDC que, em paralelo, os dois lados discutiam secretamente emendas constitucionais — a princípio consideradas “humilhantes” pelos allendistas — para garantir a confirmação do presidente eleito. Entre elas, havia desde limites ao poder do chefe de Estado para nomear generais até garantias ao ensino religioso no Chile. Prevaleceu o entendimento entre os dois

*image  
not  
available*

Nixon estava determinado a interceptar Allende, e suas ordens foram colocadas em prática na forma de uma conspiração em duas frentes. O “Track I” consistia em mobilizar a classe política e grupos de oposição na sociedade chilena, além de países da região, para impedir que a Unidade Popular adentrasse o La Moneda. Seu operador principal seria o embaixador Korry. O objetivo: confirmar Alessandri no Congresso Pleno e, na nova eleição, reeleger Frei. Ou então, ainda sob o Track I, criar um gabinete só de militares, blindado contra a extrema esquerda, em uma espécie de golpe velado (ou “autogolpe”, segundo Gibson Barboza), enquanto o presidente em fim de mandato abandonaria o país.<sup>30</sup> Korry passou então a abordar generais como Camilo Valenzuela, chefe da guarnição de Santiago e conjurado de primeira hora, e a articular a frente anti-Allende com possíveis aliados. Um deles era o embaixador Câmara Canto.

Os dois vinham trocando ideias sobre os problemas no Chile e, no dia 21 de setembro, sentaram-se para um almoço, ao longo do qual chegariam “às mesmas conclusões” sobre a situação chilena, segundo informou o diplomata brasileiro em uma mensagem ultrassecreta a Brasília.<sup>31</sup> Korry alertou que falava sob instruções diretas da Casa Branca, pois o Departamento de Estado estava tomado de “elementos pró-Allende” e, assim, deveria ser mantido fora do canal Brasília-Washington que trataria do futuro do Chile. Ao colega brasileiro, contou que estava alertando “todos os setores pertinentes” no Chile sobre as dificuldades que o país enfrentaria se Allende alcançasse o La Moneda. Crédito e auxílio militar, por exemplo, seriam amputados. Korry avisou ainda que usaria “elementos de

*image  
not  
available*

Washington para chefiar a força-tarefa que deveria impedir um governo Allende.<sup>38</sup> A CIA trabalhava para criar um “clima de golpe” no Chile, por meio de uma guerra “econômica, política e psicológica” que travava nas sombras. Segundo resumiu a agência numa análise post facto, o objetivo era fazer os generais chilenos “abandonarem sua inércia apolítica e respeitosa da Constituição”.<sup>39</sup>

No final de setembro, essa máquina de conspiração recebeu pelo menos 1 milhão de dólares oferecido pelo conglomerado ITT. Novamente, John McCone — o ex-diretor da agência e, agora, membro do conselho da empresa americana — agiu como intermediário. Numa carta a Kissinger, lamentou que os Estados Unidos não haviam atuado de modo “mais agressivo” para frear Allende antes das eleições, mas “talvez não [fosse] tarde” para agir e a ITT estava determinada a ajudar. Mais ainda, disse o espião aposentado, “representantes” de Brasil, Argentina e Peru haviam batido na porta da empresa “exortando” os americanos a resolver o problema chileno.<sup>40</sup>

O resultado do Track II foi o atentado, a dois dias da posse de Allende, contra o general Schneider, cujo zelo constitucionalista atravancava uma intervenção política dos militares. Contra a recomendação do chefe da estação da CIA em Santiago, a Casa Branca ordenou total apoio a um grupo de rebeldes ligados ao general Valenzuela que planejavam sequestrar Schneider. Seis submetralhadoras com numeração raspada viajaram dos Estados Unidos a Santiago em malas diplomáticas. Os chilenos também receberam de agentes americanos dezenas de milhares de dólares para manter a maquinação “financeiramente lubrificada”.<sup>41</sup> Por duas vezes os oficiais ligados a Valenzuela

*image  
not  
available*

Seu anfitrião, o general José Canavarro Pereira, foi mais longe e apontou para o Chile. De Cuba, o comunismo escorria para outras partes da América Latina, fez saber o comandante do II Exército. Era uma expansão alimentada por “ilusões democráticas e de eleições”. O Brasil estava agora à mercê de novas investidas do comunismo, “fruto da evolução política em alguns países sul-americanos, principalmente aqueles que, por sua posição geográfica, são decisivos para nós”. As Forças Armadas estavam cientes de sua missão, concluiu o general.<sup>3</sup> Um ano antes, Canavarro Pereira ajudara a criar a Operação Bandeirantes (Oban), o aparato policial-militar de repressão montado em São Paulo e patrocinado com dinheiro de empresários.

O presidente da Câmara dos Deputados, o arenista Geraldo Freire, também denunciou o “arco de terrorismo” que estava sendo formado em torno do Brasil, descendo de Cuba através dos Andes até o Chile. Para o embaixador chileno no Rio, Héctor Correa Letelier, as opiniões que o deputado da Arena lançava em público eram “em importante medida um reflexo” do que discutiam a portas fechadas Médici e seus assessores.<sup>4</sup>

Assustado, Letelier, um político conservador, coletava informações sobre os discursos exaltados. Apontado pelo presidente Frei, Correa Letelier chegara ao Rio em 1965 e aguardava instruções sobre seu retorno ao Chile. Tentar conter a tensão entre Brasil e Chile era uma missão que caberia ao seu sucessor, a ser indicado por Allende.

Com a eleição de Allende, crescia a relevância do Brasil para os Estados Unidos. No governo Médici, afinal, Washington via um

*image  
not  
available*

comportas que mantinham a América Latina firme sob a hegemonia americana.

Em uma manhã cinzenta, antes de sua posse, Allende recebeu a visita de Câmara Canto. O encontro do presidente eleito com os chefes de missões diplomáticas era uma praxe no protocolo chileno, e o brasileiro foi um dos últimos a cumprir o dever. Era também uma forma de o embaixador retribuir a visita que o senador radical Hugo Miranda, emissário de Allende, lhe fizera semanas antes.

Cordial, o presidente eleito reforçou a primeira mensagem de Miranda, dizendo que desejava melhorar os laços com o Brasil, sobretudo em relação ao comércio bilateral. Câmara Canto ouviu diretamente do novo mandatário socialista que seu “interesse primordial” no campo da política externa seria “manter relações com todos os países, quaisquer que [fossem] seus regimes políticos, desde que eles respeitem a soberania e a autodeterminação do Chile”.<sup>14</sup> Uma forma de dizer ao governo brasileiro que não levasse tão a sério a parte do plano de governo da Unidade Popular em que se pregava a “solidariedade efetiva e militante com a Revolução Cubana [e com] a expansão da revolução em prol do estabelecimento do socialismo na América Latina”. Mas, ao enfatizar o respeito à “soberania e autodeterminação do Chile”, Allende também dava outro recado: estava atento à ingerência do Brasil — e de outros países — contra seu governo.

O presidente eleito reclamou que a imprensa brasileira o retratava como uma “figura tenebrosa”, mas reconheceu que os jornais e as emissoras de televisão de seu país haviam se

*image  
not  
available*

CIA, o comandante cubano disse a uma delegação de chilenos em visita a Havana que qualquer alteração nas relações bilaterais em meio à campanha eleitoral no Chile poderia ser propagandeada como “interferência” cubana nos assuntos do país sul-americano. Melhor seria aguardar.<sup>20</sup>

O reatamento chileno-cubano atordoou o governo brasileiro. Médici convocou Gibson Barboza para discutir o caso, no Palácio do Planalto, e recebeu do chanceler um relatório com uma recomendação descomplicada: absoluto silêncio. Diplomáticamente, o Brasil não deveria fazer nenhuma declaração pública, ao contrário das críticas proferidas pelo governo americano. Era preferível limitar as ações aos bastidores, sobretudo junto a países latino-americanos. A diplomacia brasileira já havia enviado dois sinais de repúdio ao novo Chile: a falta de um representante especial na posse de Allende e a recusa de Médici de escrever uma carta congratulando-o pela vitória.<sup>21</sup> No rito diplomático, eram duas inequívocas bordoadas. Uma terceira pouco agregaria.

Absoluto silêncio não significava inação ante o fato consumado. Câmara Canto passou a alardear às autoridades brasileiras que, com os laços Santiago-Havana, o território chileno se transformaria numa “cabeça de ponte ao comunismo internacional”, e o Brasil seria o alvo prioritário em razão de sua “posição de destaque”.<sup>22</sup> A situação era particularmente sensível, argumentava o embaixador, porque, desde 1947, vigorava um acordo de isenção de vistos entre brasileiros e chilenos. Bastava um documento com foto para entrar no outro país. Agora, agentes a serviço de Cuba, incluindo brasileiros ou de outras nacionalidades, poderiam se aproveitar da falta de

*image  
not  
available*

cometido um erro processual: para adotar o controle reforçado sobre a entrada de chilenos no Brasil, seria necessário antes denunciar formalmente todo o acordo de 1947. Assunto dessa magnitude teria de passar pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), colegiado submetido à presidência da República que deliberava sobre as questões consideradas mais estratégicas. Até segunda ordem, as medidas extraordinárias estavam suspensas.

O processo decisório em torno do caso rendeu um calhamaço de oitenta páginas de análises e recomendações de militares, agentes de inteligência e diplomatas chamados a se pronunciar sobre como reagir a Allende.<sup>28</sup> Todos os envolvidos exortaram Médici a se preparar para enfrentar a ameaça subversiva vinda de Santiago.

O Itamaraty era uma das vozes mais exaltadas na denúncia da alvorada comunista no Chile, pinçando relatos não comprovados e omitindo os repetidos gestos de abertura do líder chileno. Segundo o ministério, Allende, logo após assumir o poder, havia adotado “medidas progressivas e radicais, visando o controle de todos os setores vitais da administração pelos elementos comunistas”. Exemplos abundavam, alegava a chancelaria. “Cerca de 30%” dos oficiais da Força Aérea do Chile (FACH) eram “esquerdistas” — entre chilenos, falava-se nos “soldados melancia”: verdes por fora, vermelhos por dentro. E a polícia estava agora sob o comando de Juan Antonio Eduardo Paredes Barrientos, que supostamente era do setor de inteligência do Partido Socialista e, depois de viajar com Allende a países como o Vietnã, teria recebido treinamento militar em Cuba. Desde a eleição de setembro, os serviços de segurança do

*image  
not  
available*

Às nove horas do dia 7 de dezembro de 1973, o Buick CD-58 azul que levava o embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, foi fechado por três carros, incluindo um indiscreto fusca turquesa, na altura do número 63 da rua Conde de Baependi, no bairro do Flamengo. Os militantes da Vanguarda Popular Revolucionária, sob o comando do “Paulista” — codinome do desertor do Exército Carlos Lamarca —, levaram menos de três minutos para desaparecer com o representante de Berna. Deixaram para trás o Buick de portas abertas e o corpo baleado do policial brasileiro que fazia sua segurança.

“Porra, eu não sou americano, sou suíço! Não tenho nada com isso! Rapazes, vocês certamente cometeram um engano!”, protestou, em português corrente, o embaixador Bucher, um tipo bonachão de 57 anos, ao receber as primeiras ordens, em inglês. Metido numa roupa de pintor de parede, “seu Giovanni” foi levado ao cativeiro, numa casa de muro baixo na zona suburbana de Rocha Miranda.<sup>31</sup>

O sequestro de diplomatas estrangeiros na América Latina havia se tornado tão comum, na virada dos anos 1960 e 1970, que a CIA criara uma palavra para a modalidade: *diplonapings* — uma abreviação de *diplomatic kidnapings*.<sup>32</sup> No Brasil do regime militar, era a grande e espetacular arma da guerrilha urbana, acuada por uma máquina de repressão cada vez mais voraz e eficiente. Em setembro de 1969, grupos armados levaram o americano Charles Burke Elbrick. Em março de 1970, o cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okushi. Três meses depois, o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben. Por fim, o embaixador suíço foi fígado.

*image  
not  
available*

neutra no roldão brasileiro. Seu único objetivo, tinha de reforçar o embaixador, era ajudar um país amigo.

Almeyda incluiu outros pontos que deveriam entrar no diálogo com o governo Médici. O primeiro era que o Chile queria transferir sua embaixada para Brasília, onde já funcionavam o Itamaraty e os demais ministérios, mas sofria com um empecilho prático para a mudança de cidade: quatro asilados viviam na missão diplomática no Rio, além de dois que estavam no escritório da capital, e não haviam recebido salvo-condutos para seguir rumo ao exílio.<sup>41</sup> Sem garantias do governo brasileiro para retirar em segurança os asilados no Rio, era impossível ao serviço diplomático chileno abrir oficialmente a embaixada em Brasília. Ademais, Santiago queria resolver o problema dos asilados em suas missões no Brasil antes da chegada de seu novo embaixador, Raúl Rettig, indicado por Allende. A concessão desses seis salvo-condutos deveria ser delicadamente colocada como condição para receber os setenta.<sup>42</sup>

No mesmo dia em que o embaixador no Rio recebeu suas instruções, Câmara Canto foi convocado ao Ministério das Relações Exteriores em Santiago. O diplomata brasileiro escutou protestos pelas insinuações na imprensa, especialmente n’*O Globo*, de que o Chile era aliado dos sequestradores e estava se tornando um centro de refúgio da subversão no Cone Sul. Mas também foi informado de que, caso o Brasil solicitasse oficialmente, o Chile acolheria os presos políticos “exclusivamente por motivos humanitários e unicamente visando a preservar a integridade física de um representante diplomático”. O governo chileno “não [iria] se intrometer nos assuntos internos de outros países”.<sup>43</sup>

*image  
not  
available*

repressão. A ditadura brasileira aceitara, assim, a primeira condição imposta pelo governo Allende, deixando ir os que estavam abrigados na missão chilena.

O pedido formal para que o Chile recebesse os setenta banidos a serem trocados pelo embaixador suíço veio no dia 8 de janeiro, quase um mês após o sequestro. Ao encarregado de negócios que assumiu a embaixada, Gustavo Valdivieso, Gibson Barboza listou três razões para levar todos ao território chileno: era mais simples do que dividi-los em três grupos; o Chile estava mais perto do que México e Argélia, e isso permitia “ganhar tempo”; e era o destino que os sequestradores preferiam — uma mudança inexplicável, já que, de início, a informação era que a VPR parecia indiferente sobre a capital de destino dos banidos. Comunicados dos sequestradores não manifestavam preferência pelo Chile. O chanceler garantiu que ficaria claro na nota sobre o abrigo chileno que a iniciativa havia partido do governo Médici e que Santiago agia apenas por motivação humanitária. Além disso, o Brasil manteria silêncio até ser autorizado pelo Chile a fazer o anúncio. Com o sinal verde do chanceler Almeyda, Valdivieso foi ao Palácio do Itamaraty no Rio discutir a terminologia exata da declaração. Pediu ainda que os asilados assinassem um termo, antes de embarcar, prometendo não se envolver com política no Chile e aceitando que o avião pousasse de madrugada no aeroporto Pudahuel, de modo a evitar manifestações na chegada do grupo.<sup>53</sup> Todas as exigências foram respondidas afirmativamente.

No entanto, a nota que o Brasil emitiu sobre a ida dos setenta era diferente daquela acertada com os chilenos — mais vaga e sem atender às demandas de Santiago. Falava que o Chile agia

*image  
not  
available*

fundos do gabinete do prefeito, cumprimentou todos e prometeu ajuda aos que desejassem deixar o Chile.<sup>59</sup>

O Chile em que mergulhavam os setenta era o inverso do Brasil deixado para trás. A política não estava trancada dentro de “aparelhos”, no sussurro em “pontos” nas esquinas ou em folhetos clandestinos. A revolução chilena ocupava todos os espaços, públicos ou privados, era gritada em manifestações diárias e colada em cartazes nos muros, esmiuçada e planejada em dezenas de periódicos esquerdistas nas bancas. “Depois do inferno, o paraíso. Saboroso, caloroso e sorridente, pura esperança e muita ingenuidade. Meu Chile lindo”, dizia Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a “Dora”, cujo corpo ainda carregava marcas de eletrochoques e socos.<sup>60</sup>

Nem todos concordavam. Os mais ortodoxos dentro do grupo de brasileiros não escondiam seu desprezo por Allende, um reles “reformista”. Para quadros da Ação Libertadora Nacional (ALN), por exemplo, as ofertas de emprego feitas por autoridades chilenas eram ofensivas, pois a UP, se revolucionária realmente fosse, tinha a obrigação de lhes dar sustento por serem a vanguarda da revolução brasileira. Queriam treinamento guerrilheiro em Cuba ou na Coreia do Norte, não a vida pequeno-burguesa de empanadas e vinho tinto de Santiago.<sup>61</sup>

Câmara Canto ficou apoplético diante da recepção aos “terroristas” brasileiros. Foi ao chanceler Almeyda para apresentar um protesto formal, no qual atacou o ministro do Interior, José Tohá, e a “falta de adequado policiamento” das atividades dos banidos brasileiros. Também denunciou o jornal *Puro Chile*, que teria sido tomado por “comunistas da linha chinesa” e agora mirava o Brasil. O ministro das Relações

*image  
not  
available*

## 5. O CERCO DIPLOMÁTICO

**DE TODOS OS CHILENOS DO MUNDO**, o presidente Allende decidiu enviar ao Brasil como seu embaixador o único que o havia tentado matar, a tiros de revólver. Dezoito anos antes de virar presidente, ele e Raúl Rettig travaram o último duelo de que se tem notícia na história política do Chile. Eram dois pavões bicudos no Senado chileno dos anos 1950, onde cavalheiros ainda resolviam à bala ofensas à honra.

Oficialmente, o motivo foi um bate-boca sem sentido numa comissão que analisava a situação dos trabalhadores de uma mina de cobre. A sessão terminou com os dois aos berros, e Allende a chamar o colega de “ladrão radical”. Os senadores tentaram trocar tapas em seguida, porém foram apartados pelos colegas (um dos que intercedeu foi o futuro presidente Frei, de quase dois metros).

O senador do Partido Radical continuou injuriado. Contrariando os colegas que pediam calma, mandou avisar ao desafeto que um duelo estava convocado para dali a alguns dias, em uma colina perto do Senado, durante o amanhecer. Sua honra seria lavada a sangue, se o acusador tivesse coragem. Allende confirmou presença.

O líder da bancada radical era um tipo galante de 1,78 metro que, apesar de caminhar mancando e da careca emoldurada por uma coroa de cabelos negros bem penteados para trás, fazia

sucesso com as damas da alta sociedade santiaguina. Na dinástica política chilena, Rettig destoava como um self-made man. Vinha da erma comuna de Pitrufquén, ao sul de Temuco, e, órfão de mãe e abandonado por um pai acusado de homicídio, foi obrigado a ingressar no magistério público aos dezesseis anos para conseguir sobreviver. O gosto por Proudhon e outros anarquistas franceses, espanhóis e russos lhe custou o emprego quando o general Carlos Ibañez del Campo ascendeu ao poder. Decidiu, então, estudar direito em Concepción, vivendo dos trocados que fazia como vendedor de carvão nas ruas. Em pouco tempo, a língua afiada o projetou na política estudantil e, passada a fase anarquista, ele ingressou nas fileiras dos radicais até se tornar um dos líderes do partido no Congresso, cotado para um dia se candidatar à presidência.<sup>1</sup>

Logo após o fim da era Pinochet, Rettig presidiria e emprestaria seu nome à comissão que primeiro apurou os crimes da ditadura. Meticuloso, documentou abusos diversos e contou 2296 homicídios qualificados e 957 pessoas desaparecidas, detalhados ao longo de centenas de páginas do chamado “Relatório Rettig”. Naquela manhã de 6 de agosto de 1952, entretanto, ele e Allende estavam prestes a tentar se matar.

Às seis horas, os dois se encontraram em um descampado de Santiago, envoltos em uma neblina espessa. Para a sorte de ambos, era um confronto entre um médico que enxergava mal e um jurista coxo. Sobrava valentia no peito, faltava destreza nas mãos. Os dois foram arranjados de costas a uma distância de 25 passos. Ao escutarem três palmas, deveriam se virar e abrir fogo. Quando o terceiro sinal cortou o silêncio, Allende deslizou

o pé no barro e despencou de joelhos. No chão, sentiu no ouvido o vento e o assovio do projétil, rente à sua cabeça. Rettig, ao ver a queda, pensou que realmente havia matado o colega e entrou em desespero. “Em um milionésimo de segundo, pensei em todas as consequências que poderia ter essa estupidez”, recordaria anos depois.<sup>2</sup>

Dois detalhes curiosos temperam a história do duelo. A bazófia dos senadores tinha antecedentes: eles se conheceram ainda meninos em um colégio de Valdivia, onde certa feita trocaram tapas porque Rettig, ao ter o chapéu amassado, chamou Allende de “burguesinho”. E o tempo revelaria que o verdadeiro motivo da peleja de 1952 não fora a exploração dos trabalhadores nas minas de cobre, mas o amor de uma mulher.

Pouco após o episódio, o general Ibañez — que levara o emprego do professor anarquista décadas antes — foi eleito presidente, e o espectro de um inimigo comum, capaz de colocar a democracia chilena no buraco da tirania, criou um profundo companheirismo entre os dois. Allende desculpou-se publicamente pela ofensa a Rettig, que o ajudou, anos depois, a se tornar presidente do Senado. Quando, no início de 1970, a formação da Unidade Popular rachou a bancada dos radicais no Congresso, o advogado manco ficou ao lado do doutor míope.

Rettig estava longe de ser um radical, no sentido ideológico do termo. Havia apoiado a direita em eleições anteriores e tinha fascinação pelos girondinos da Revolução Francesa, a facção moderada do Terceiro Estado, que rivalizava com os jacobinos de Robespierre e com os *cordeliers* de Danton, ao sonhar com uma monarquia constitucional em Paris.

Allende, dias após tomar posse, convocou o velho amigo para uma conversa em sua residência, na avenida Tomás Moro, no oeste da capital. Ofereceu-lhe um cargo de embaixador, e Rettig poderia optar entre União Soviética, Brasil ou México — postos estratégicos para o governo da Unidade Popular. Antes que o convidado pudesse lhe responder, completou: “Onde você mais me serviria é no Brasil, Raúl, já que a oposição sul-americana ao meu governo vai se concentrar ali”. Seu destino estava decidido.<sup>3</sup>

Depois de usar o senador Hugo Miranda para enviar uma mensagem pessoal ao governo brasileiro, era a segunda vez que Allende confiava os contatos com o Brasil a uma figura do Partido Radical, a principal força não marxista da Unidade Popular. Até Câmara Canto se espantou com os rumores da indicação do jurista para Brasília. Após recorrer a seus contatos nos meios conservadores, disse que Rettig era “brilhante” e integrava a corrente mais à direita dos radicais, “já tendo mesmo, no passado, combatido tenazmente o comunismo”. Indagado sobre o assunto, um ex-presidente da Corte Suprema de Justiça do Chile duvidou da informação do embaixador brasileiro. “Vocês não terão essa sorte”, previu a fonte, cuja identidade foi preservada no telegrama ultrassecreto a Brasília.<sup>4</sup>

O informante estava errado. No início de dezembro, Allende formalizou o pedido para que seu homem no Brasil fosse Rettig, que encarnaria a opção de seu governo pela “não ideologização” das relações com a ditadura brasileira. Gibson Barboza argumentou ao presidente Médici que era importante conceder rapidamente o agrément ao novo embaixador chileno, um “interlocutor capacitado, com quem [poderemos] tratar dos

problemas que despontam nas nossas relações com o Chile”.<sup>5</sup> Ainda assim, quando Rettig foi lhe entregar suas cartas credenciais no Palácio do Itamaraty, Gibson Barboza vetou a presença de jornalistas — era melhor não aparecer ao lado do emissário de Allende.<sup>6</sup>

A missão do embaixador da Unidade Popular no Brasil tinha um objetivo central, que deveria se sobrepor a todos os demais: evitar que as relações degradingassem a ponto de a ditadura brasileira se voltar aberta e definitivamente contra Santiago. No cálculo dos chilenos, a manutenção das relações corretas com o Brasil permitiria ao novo governo reduzir pressões externas e centrar atenção na construção do socialismo dentro de casa. O antagonismo exacerbado poderia levar ao isolamento regional do Chile. A diplomacia com o Brasil, portanto, era uma das chaves para destravar o bloco regional. Allende e Médici certamente não seriam melhores amigos, mas era imperativo ao chileno encontrar um *modus vivendi* entre os dois.

Contra a previsão dos mais radicais no Brasil, o governo da Unidade Popular anunciou, ainda no final de 1970, uma política externa de “realismo saudável”, que pregava uma acomodação com os centros de poder do Ocidente — sobretudo os Estados Unidos — e da América Latina. Nos galhos mais altos da diplomacia, Allende pendurou figuras moderadas conhecidas internacionalmente. Pessoas como Orlando Letelier, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nomeado embaixador em Washington — a primeira escolha foi Felipe Herrera, o primeiro presidente do BID, que acabou vetado pela UP por ser insuficientemente de esquerda. Gabriel Valdés, chanceler de Frei, teria declinado o convite de permanecer à